FONTES HISTÓRICAS: MINAS GERAIS NO ACERVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL

Régis Clemente Quintão¹
Caio César Boschi²

Resumo

O texto que se segue aborda o projeto intitulado “Minas Gerais no acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal”, que se desenvolve no âmbito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O referido projeto tem como objetivo principal a sistematização e a democratização de fontes documentais inéditas, visando facilitar o acesso dos pesquisadores ao período colonial do Brasil, sobretudo da Capitania de Minas Gerais. Nesse sentido, o cerne deste artigo é a apresentação da pesquisa, suas etapas, conteúdo, resultados parciais e, finalmente, algumas possibilidades de pesquisa que podem ser empreendidas a partir da documentação. Assim, será possível fazer algumas breves reflexões acerca dos manuscritos, considerando-os como produtos, intencionais ou não, de um contexto específico, mas que expressam a experiência de nossos ancestrais. É importante dizer que todo cuidado é pouco quando se trata de fontes históricas. Essa prudência faz parte do ofício do historiador e será, em certa medida, também discutida neste artigo.

Palavras-chave: Erário Régio; Minas Gerais; Fiscalidade; Acervos documentais; Arquivística.

Apesar de todas as críticas que se fizeram e ainda se fazem às fontes escritas, dada à ampliação do sentido de documento, “alargado para além dos textos tradicionais” (LE GOFF, 1992, p. 549), elas continuam sendo importantes para as pesquisas históricas, pois, ainda hoje, são consideradas como os principais meios de informação para o historiador. Levando isso em consideração, pretende-se, aqui, dar a conhecer um pouco dos manuscritos existentes no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, bem como o trabalho que vem sendo realizado a partir dessa documentação.

Como afirmou Bloch (2001, p. 82), “reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador.” Pode-se dizer que aí reside uma das justificativas que perfazem a importância do projeto “Minas Gerais

¹ Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor titular do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas.

no acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal”³. Este, além de ter como objetivo fundamental a democratização do acesso dos pesquisadores da História do Brasil a um acervo que é praticamente desconhecido, caracteriza-se por sistematizar e explorar fontes documentais inéditas. Em outras palavras, reúne uma densa documentação, tornando mais cômodo o trabalho de estudantes e historiadores que não teriam acesso aos arquivos de nossa antiga metrópole.

A esse respeito, de acordo com Glênisson,

[...] qualquer historiador brasileiro sabe da importância de abordar a história de seu país, na época colonial, sem consulta aos documentos dos arquivos portugueses e, principalmente, os do Conselho Ultramarino, que teve em sua esfera de competência, desde 1642 até 1833, todos os assuntos concernentes à Índia, Brasil, Guiné, Ilhas de São Tomé, do Cabo Verde e demais dependências de ultramar da coroa de Lisboa (1997, p. 164).

Portanto, é uma obviedade dizer-se que, sem identificação e consulta aos conjuntos documentais depositados em arquivos de Portugal, torna-se impossível a compreensão do período colonial da História do Brasil.

É necessário salientar que o arquivo do Conselho Ultramarino, citado por Glênisson, é de amplo conhecimento por parte dos pesquisadores brasileiros, já tendo sido inventariado pelo historiador Caio César Boschi os “manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais”.⁴ O mesmo, no entanto, não pode ser dito para o Tribunal de Contas de Portugal, que, como ficou evidenciado acima, possui documentação praticamente inédita.

Em tais fontes, a fiscalidade, temática central na consolidação do Antigo Regime em Portugal e nas suas possessões ultramarinas, é assunto constante. Por isso, estima-se a importância desse arquivo para os pesquisadores deste país.

Nesse sentido, o acervo em pauta se refere ao fundo documental do *Erário Régio*, organismo criado e presidido pelo marquês de Pombal em 1761, no reinado de D. José I, com vistas à centralização do sistema financeiro do Império Português. Trata-se de uma documentação relativa à administração dos contratos por meio dos

³ O projeto se desenvolve desde 2011, sob a coordenação do professor Caio César Boschi. Tem financiamento da Universidade, por intermédio da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação (FIP 2012/7694-S2I2013/8338-S2). Seus resultados serão divulgados sob a forma de livro pela Editora PUC Minas.

⁴ Ver: Boschi (1998).

quais a Coroa arrecadava os tributos da Colônia. Além disso, a documentação abrange o acervo da Demarcação Diamantina, sobretudo da Real Extração dos Diamantes, tanto no que se refere às administrações instaladas no Arraial do Tijuco e no Rio de Janeiro, como dos órgãos de gestão superior sediados em Lisboa.

A documentação é composta por 21 códices, com datas-limite de 1761 a 1822, distribuída entre representações, provisões, cartas, contas etc., nas quais, além de notarmos a sistemática fiscalização nas contas e rendas do Estado português e de suas colônias, poder-se-á observar também “[...] vidas de homens, de províncias, de povos” (GLÈNISSON, 1997, p. 166).

Dessa forma, para além das lacunas na historiografia que poderão ser preenchidas com esses documentos, os registros da atividade humana também permitem observar muitos aspectos da vida burocrática que coexistiam, é claro, com características da vida privada, no cotidiano. Aspectos que demonstram a humanidade e a *vita activa* dos nossos antepassados.

Longe de romantizar tais testemunhos escritos que, sabe-se, não falam por si sós, é impossível não parar para refletir, como escreveu Vieira (1988, p. 12), sobre as “[...] lágrimas e risos, desilusões e esperanças, fracassos e vitórias, fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, gozando as alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso de forças adversas”. Para ilustrar esse aspecto, utilizam-se os requerimentos de aposentadoria, como o de 08 de outubro de 1778, em que os administradores gerais da Real Extração dos Diamantes pedem à rainha para serem afastados de seus empregos de caixas da Administração, por estarem com idades avançadas. (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, 1778). E também aquele no qual Felipe dos Santos Lisboa, ajudante da Contadoria Geral, em 05 de novembro de 1805, requer sua aposentadoria em função de uma moléstia que sofreu, não podendo mais “continuar a servir como dantes”, e justifica que sempre cumpriu suas “obrigações com promptidão e boa conducta.” (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, 1805).

Não por acaso, segundo Bloch (2001, p. 47), a história é uma ciência “que tem por objeto o espírito humano”. Por sua vez, como não pensar também nos homens e na “sua capacidade de produzir coisas – obras e feitos e palavras – que mereceriam pertencer e, pelo menos até certo ponto, pertencem à eternidade, de sorte que, através delas, os mortais possam encontrar o seu lugar num cosmo onde

tudo é imortal exceto eles próprios.” (ARENDR, 2001, p. 27-28). A partir desses registros, se faz mais do que história. Reflete-se sobre a própria condição humana.

Quanto às etapas do projeto, este se iniciou com a reprodução microfílmica e digitalizada do referido acervo para, em seguida, ser realizada a leitura paleográfica do conjunto dos documentos. A etapa posterior foi a elaboração de quadros-resumo dos registros textuais. Complementa o trabalho o estabelecimento de índices toponímico, onomástico e ideográfico dos registros, isto é, quase de 5.000 verbetes sumários, totalizando 521 páginas digitadas em espaçamento 1,5.

São inúmeras as possibilidades de pesquisas que podem ser empreendidas a partir do acervo do Tribunal de Contas de Portugal. É importante salientar que, além da dificuldade, indicada no início deste texto, que se apresenta ao ofício do historiador no que se refere ao ajuntamento dos documentos para um trabalho, outro obstáculo se impõe: saber onde podem ser encontradas as fontes para sua pesquisa. De acordo com Bloch (2001, p. 79), “toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção.” Considerando-se que o leitor interessado no acervo do arquivo em pauta já tenha certa direção, pretende-se, agora, fazer alguns apontamentos do conteúdo da documentação.

Como o próprio título indica, as fontes históricas dizem respeito, em sua grande maioria, à Capitania de Minas Gerais. Como são 21 códices e exatamente 4.964 verbetes sumários, seria impossível dizer, neste artigo, em função da limitação de espaço, do que trata cada um dos registros. Por isso, fez-se a opção por apresentar, de modo generalizante, o conteúdo de alguns códices. Escolhendo, sem grandes critérios, um ou dois documentos que pudessem servir como exemplo, ou mesmo para que o leitor possa visualizar a natureza de tais fontes.

Os dois primeiros códices, denominados "Representações da Capitania de Minas Gerais", datados entre 06 de julho de 1784 e 16 de maio de 1807, são compostos de 250 representações, contas de autoridades e órgãos administrativos das capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Entre esses órgãos, estão a Junta da Real Fazenda, a Contadoria Geral e o próprio Governo de Minas Gerais. Neles são tratados assuntos diversos, tais como questões relativas aos contratatos das entradas e dos dízimos; requerimentos de ordenados, soldos, cômguas e ajuda de custo; e abastecimento das casas de fundição etc.

Há, também, e vale à pena transcrever um trecho, uma instigante representação, de 30 de abril de 1788, que versa sobre o estado econômico da capitania, que assim inicia-se:

[...] Em diverssas ocazioens tem sido presente a V. EX.^a a decadência, em que se acha a Capitania de Minas Geraes, e a diminuição anualmente se experimenta no Rendimento do Quinto do Ouro tudo pela falta de novos descobrimentos, e por fazerem muito pouca utilidade as Minas, em que atualmente se trabalha: e como fará conveniente facilitaremse os meynos de florescer aquella Capitania pela mineração de novas Terras que prometem conveniencia, e livrar os seus habitantes da opressão de muitas emportantes dividas [...]. (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, 1788).

Essa representação é, no mínimo, interessante, já que, atualmente, os historiadores não concordam com a visão de “decadência” da Capitania de Minas Gerais como um todo. Nesse sentido, são exemplares as comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, estudadas por Almeida (2010), que, a partir de 1780, prosperaram economicamente em função da inversão de atividade principal, ou seja, da mineração para a agropecuária. Dessa forma, passado o período áureo da mineração, as duas comarcas puderam consolidar a diversificação econômica, chegando, mais tarde, a produzir com vistas à exportação para o Rio de Janeiro, contrariando o que expõe o documento acima. Daí, o cuidado que se deve ter na produção do conhecimento histórico. É preciso observar além do que o documento diz, haja vista que, como um produto, é carregado de intencionalidades.

Ainda a respeito da decadência da mineração, Linhares afirma que é imperativo que se:

[...] descreva essa crise em seus vários níveis e extensão espacial – com diferentes características locais, maior ou menor grau em função de sua inter-relação com outros fatores, sua progressão e resposta – explicá-la, interpretá-la, com o cuidado de evitar juízos apressados e extrapolações por inadequação de evidência, ou insuficiência de dados. (1779, p. 165).

Assim, apesar de ser possível inferir que houve certa decadência e perecimento da mineração, isso não quer dizer que toda a capitania tenha mergulhado numa profunda crise econômica, e que tal situação se aplicasse a toda região. Por isso, é imprescindível, segundo a autora, pesquisas de caráter local, como fez Almeida (2010).

Voltando à documentação, o códice intitulado "Informações da Capitania de Minas Gerais", com datação de 05 de outubro de 1794 até 08 de fevereiro de 1806, é constituído de 373 requerimentos diversos, tanto de autoridades e órgãos administrativos quanto de pessoas físicas como padres e funcionários subalternos.

Como exemplo, escolheu-se o requerimento, de 08 de março de 1786, do padre Manuel José Barbosa de Faria, vigário encomendado na freguesia de Santo Antônio do Rio das Velhas, bispado de Mariana, que reclamava o não recebimento da sua cômputa de 200\$ réis, no que foi atendido, pois foi considerado "digno da Graça q. implora" (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, 1786).

Já o "Livro de provisões e cartas [do Erário Régio] expedidas a [autoridades e instituições da] Capitania de Minas Gerais", com datas entre 12 de julho de 1766 e 11 de agosto de 1773, é composto de provisões e cartas remetidas pelo Erário Régio, em Portugal, às Intendências e à Junta da Real Fazenda de Minas Gerais.

Esse livro aborda assuntos diversos, entre eles o abastecimento das casas de fundição, remessas de ouro e diamantes, arrematação de contratos e cobranças de dívidas. Como a carta, de 03 de julho de 1770, dirigida pelo conde inspetor geral do Erário Régio ao conde de Valadares, para que sejam cobradas as dívidas ativas do famigerado Felisberto Caldeira Brant, que foi contratador dos diamantes.⁵ (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, 1770).

De estimável importância são os três borradores da "Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil por conta da Fazenda Real", que datam de 11 de junho de 1772 até 14 de agosto de 1805. Juntos, somam 1.005 operações comerciais como saques de letra, pagamento de ordenados, aluguel de escravos e despesas com exportações e importações. Nesta última, destacam-se as carregações de materiais e gêneros expedidos de Portugal ao Rio de Janeiro e, posteriormente, ao Arraial do Tijuco, para provimento da Real Extração dos Diamantes.

Além disso, há também inúmeros registros que tratam da venda de diamantes, como a que foi feita pelos diretores gerais da Real Extração dos Diamantes, em 12 de fevereiro de 1787, a Daniel Gildemeester, de 4.000 quilates de diamantes, a 6\$600 réis o quilate, totalizando 26.400\$000 réis. (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, 1787).

⁵ Ver: Furtado (1999).

O códice seguinte é o “Livro de registro de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes”, datado de 15 de janeiro de 1772 até 15 de maio de 1789. É composto por 58 contas e faturas, tanto de Portugal como do Rio de Janeiro. Nesses documentos ficam explícitas todas as mercadorias compradas para o abastecimento da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco. Bem como deixam claro os intermediários dessas operações de importação de gêneros.

Uma conta do Rio de Janeiro, de 12 de janeiro de 1775, refere-se aos gastos que se fizeram com “2 pacotes de 6@s de barbante, e 8 Massos de Linha de Oeyras; e com 34 Barriz com 150 Milheiros de cravo de ferrar”, que foram remetidos da cidade do Porto, por José Bento, em ordem dos diretores gerais da Real Extração dos Diamantes, para encaminhamento à Administração, no Arraial do Tijuco. (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, 1775).

Por fim, os três últimos códices aqui apontados, são os denominados “Registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]”, datam de 01 de agosto de 1771 até 21 de novembro de 1805. Estes contêm 794 ordens régias e cartas expedidas aos administradores, intendentess e desembargadores da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, e aos comissários da referida Real Extração, no Rio de Janeiro.

No que se refere ao conteúdo dessas cartas e ordens, trata-se de remessas de gêneros pedidas pelos administradores do Tijuco e seu atendimento por parte da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa. No entanto, também abordam questões diversas relativas à Administração e à extração diamantífera.

Para finalizar, sucede um fragmento de uma carta que aponta para uma possível “carestia” nas Minas Setecentistas. Na documentação, muitas vezes, tais carestias estão relacionadas às secas. Seja como for, a carta dirigida de Lisboa aos administradores gerais da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, em 10 de dezembro de 1777, diz o seguinte:

“[...] Tao bem ficamos sabendo que não obstante a grande carestia de mantimentos no ditto anno passado, não tiverão VM. ces falta delles, para a Escravatura do que valerão no anno antecedente, cujo excesso estimaremos que se tenha recuperado neste anno, pela

barateza que se esperava os mesmos mantimentos. [...]”(ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, 1777).

Como se pode notar, a carta dá margem para se pensar que a referida carestia não foi extremamente aguda, haja vista a estima em que se esperava a solução para o problema enfrentando no ano anterior, 1776. Assim como o primeiro documento, apresentado no início deste artigo, que versava sobre a “decadência” da capitania, este incita a necessidade de mais pesquisas relacionadas ao tema, a fim de esclarecer melhor a complexidade da economia de Minas Gerais, no século XVIII. Para tal, espera-se que as fontes documentais ora apresentadas sejam úteis.

Os apontamentos feitos aqui sobre o conteúdo dos códices do projeto e de algumas possibilidades de pesquisa são apenas uma modesta amostra do que os pesquisadores interessados poderão encontrar na documentação. Há muito mais possibilidades de pesquisa para outras centenas de temas. Por meio dos índices onomástico, toponímico e ideográfico, bem como dos verbetes sumários, ou seja, resumo do conteúdo de cada registro, o acesso a esses documentos será mais cômodo.

Mesmo considerando que formular novas questões seja, talvez, mais importante do que responder àquelas colocadas anteriormente, acredita-se que, com essa documentação praticamente inédita, algumas lacunas da História Colonial do Brasil poderão ser preenchidas. Por outro lado, é inquestionável que a história como “uma ciência em marcha” (BLOCH, p. 47) precisa colocar questões. É o que se espera que também seja feito a partir desses registros manuscritos.

FONTES

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Livro (1º) de registro das representações [de autoridades e órgãos administrativos] da Capitania de Minas Gerais.** Livro 4066, p. 76, 30-4-1788.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Livro (2º) de registro das representações da Capitania de Minas Gerais [expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro].** Livro 4067, p. 154, 5-11-1805.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Livro (3º) de informações da Capitania de Minas Gerais expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro.** Livro 4068, p. 9, 08-3-1786.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Livro (1º) de provisões e cartas [do Erário Régio] expedidas a [autoridades e instituições da Capitania de Minas Gerais]**. Livro 4072, p. 86, 3-7-1770.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil por conta da Fazenda Real**. Livro 4084, p. 83, 12-2-1787.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Livro de registro de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes**. Livro 4087, p. 21, 12-1-1775.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]**. Livro 4088, p. 253, 8-10-1778.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]**. Livro 4088, p. 221, 10-12-1777.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e Pobres em Minas Gerais**: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSCHI, Caio César. **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, 3v.

FURTADO, Júnia Ferreira. O Labirinto da Fortuna: ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. In: **História**: Fronteiras. São Paulo: XX Simpósio Nacional da ANPUH, 1999, p. 309-320.

GLÈNISSON, Jean. O objeto material da pesquisa: o documento. IN: GLÈNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1997, p. 136-166.

LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 535-549.

LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: **Seminário sobre a cultura mineira no período colonial**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979, p. 147-171.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1988.